


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0004968-73.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Valor da Causa**  
 Requerente: **Município de São Carlos**  
 Requerido: **Thais Fernanda Gonçalves de Souza Monzane**

**CONCLUSÃO.**

Em 25 de junho de 2013, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**.

Eu, \_\_\_\_\_, (Carlos A. B. Pereira), Esc.

Subsc.

**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** apresenta em desfavor de **THAIS FERNANDA GONÇALVES DE SOUZA MONZANE** impugnação ao Pedido de Assistência Judiciária Gratuita, sob fundamento de ser alta a sua renda familiar, superando o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais). Apontou que na discriminação dos gastos apresentados encontram-se presentes valores altíssimos com supérfluo, o que comprova a vida luxuosa da família.

A impugnação foi recebida às fls.07, sem prejuízo do andamento da ação principal.

Intimada, a impugnada manifestou-se alegando que: (i) não pediu que lhe fossem concedidos os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita ou ainda a Justiça Gratuita; (ii) que em momento algum afirmou não ter condições de arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, tendo somente afirmando não ter condições para arcar com o custo do medicamento. Requereu a improcedência do incidente (fls.09).

**É o relatório.**
**DECIDO.**

No presente caso observa-se que não houve pedido de concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, tampouco foi juntada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

declaração de hipossuficiência (fls.33). A autora juntou às fls.34 comprovante de pagamento de custas e de diligência do Oficial de Justiça. Ainda, às fls.168 comprovou o pagamento das custas advindas com a distribuição da Carta Precatória que visava à citação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.

Neste contexto, REJEITO a impugnação da produção de qualquer prova e deixo de acolher o pedido, que foi feito sem qualquer fundamento. Certifique-se no processo principal e prossiga-se ali.

Int.

São Carlos, 30 de setembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**